



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**Teresina/Pi  
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa – TCU nº.72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 127 E 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**Teresina/Pi  
MARÇO/2014**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPOE O RELATÓRIO.....</b>	<b>11</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>1.4.1. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ.....</b>	<b>16</b>
<b>1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....</b>	<b>28</b>
<b>1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS.....</b>	<b>33</b>
<b>2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>2.2.1 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.2 INDICADORES .....</b>	<b>39</b>
<b>3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>41</b>
<b>3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....</b>	<b>43</b>
<b>3.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>44</b>
<b>4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA .....</b>	<b>46</b>
<b>4.2 REALIZAÇÃO DA DESPESA.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA .....</b>	<b>50</b>
<b>4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>51</b>
<b>4.3.1 ANÁLISE CRÍTICA: .....</b>	<b>51</b>
<b>4.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....</b>	<b>51</b>
<b>4.4.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....</b>	<b>52</b>
<b>4.4.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF).....</b>	<b>52</b>
<b>4.4.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....</b>	<b>53</b>
<b>4.4.4 ANÁLISE CRÍTICA.....</b>	<b>53</b>
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....</b>	<b>55</b>

5.1.2.1	ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES.....	55
5.1.2.2	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	56
5.1.3	CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	58
5.1.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	60
5.1.4.1	CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	60
5.1.4.2	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	60
5.1.5	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	60
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	61
5.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	61
5.2.2	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	62
5.2.3	– ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.1 E 5.2.2 .....	63
5.2.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	63
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	64
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	64
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	65
6.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	65
6.2.2	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	66
6.2.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	66
7	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	68
7.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	68
7.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	69
8	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	70
8.1	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	70
8.1.1	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	70
8.2	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93...71	71
8.2.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 .....	71
8.2.2	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	71
8.3	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	72
9	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	73
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	73
10.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	73
10.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	75
10.2.1	DECLARAÇÃO COM RESSALVA.....	75



<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº127/2013 .....	70
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº127/2013 .....	71

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ACADEPOL – Academia de Polícia Civil  
 AFIS - Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais  
 APEGR - Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos  
 CAOP - Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal  
 CEF – Caixa Econômica Federal  
 CEMEL/USP - Centro de Medicina Legal da Universidade de São Paulo  
 CGCOR – Coordenadoria Geral de Correições  
 CGPFAZ – Coordenadoria Geral de Polícia Fazendária  
 CGU – Controladoria Geral da União  
 CGU-PAD – Sistema de Gerenciamento de Processos Administrativos Disciplinares da CGU  
 CIGE – Centro Integrado de Gestão Estratégica  
 COAD – Coordenadoria de Administração  
 COAIN – Coordenadoria de Assuntos Internos  
 COGER – Corregedoria Geral de Polícia  
 CP – Carta Precatória  
 CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil  
 CRH - Coordenadoria de Recursos Humanos  
 CRIS – Centro Regional de Inteligência de Sinais  
 CSR – Comissão Regional de Segurança  
 CTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação  
 DCOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado  
 DCPQ – Divisão de Controle de Produtos Químicos  
 DELEFAZ – Delegacia de Repressão aos Crimes Fazendários  
 DELEMAPH – Delegacia de Rep a Crimes Contra o Meio ambiente e Patrimônio Histórico  
 DELEMIG – Delegacia de Imigração  
 DELEPREV – Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários  
 DG/DPF – Direção Geral do Departamento de Polícia Federal  
 DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal  
 DIP – Divisão de Inteligência Policial  
 DIREX – Diretoria Executiva  
 DITEC – Diretoria Técnico-Científica  
 DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial  
 DN – Decisão Normativa  
 DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes  
 DPAG – Divisão de Pagamento  
 DPF – Departamento de Polícia Federal  
 DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA  
 DPF/GOY/RJ - Delegacia de Polícia Federal em Goytacaz/RJ  
 DPF/JPR/RO - Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO  
 DPF/JZA/BA - Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro/BA  
 DPF/PHB/PI – Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI  
 DPFnet – Rede de informática do Departamento de Polícia Federal  
 DPREV – Divisão de Repressão aos Crimes Previdenciários  
 DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
 DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes  
 DREX – Delegacia Regional Executiva  
 E-GP – Gestão Eletrônica de Pessoal  
 E-LOG – Sistema de Gestão Eletrônica de Administração e Logística  
 FPE – Fundo de Participação do Estado  
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
 FTPrev – Força Tarefa Previdenciária  
 FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia

Federal

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GAB – Gabinete

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IFPI – Instituto Federal de Tecnologia do Piauí

IN – Instrução Normativa

INC – Instituto Nacional de Criminalística

INFOSEG -

INI – Instituto Nacional de Identificação

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

INTEGRAPOL - Sistema de Radiocomunicação Digital da Polícia Federal

INTERPOL – Polícia Internacional

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

NID – Núcleo de Identificação

NIP – Núcleo de Inteligência Policial

NUTRAN – Núcleo de Transportes

OCI – Órgão de Controle Interno

OMP – Ordem de Missão Policial

OSA – Ordem de Serviço Administrativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PALAS – Sistema de Gerenciamento de Informações da DICOR

PC/PI – Polícia Civil do Estado do Piauí

PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

RE – Registro Especial

RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SERPRO – Serviço de Processamento de Dados

SETEC – Setor Técnico-Científico

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal

SICONV – Sistema de Convênios

SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas

SINPQ – Sistema Nacional de Controle de Produtos Químicos

SR/DPF/MA - Superintendência Regional do DPF no Maranhão

SR/DPF/PE - Superintendência Regional do DPF em Pernambuco

SR/DPF/PI – Superintendência Regional do DPF no Piauí

SR/DPF/RJ - Superintendência Regional do DPF no Rio de Janeiro

SR/PI – Forma compacta de Superintendência Regional do DPF no Piauí

TCO – Termo Circunstanciado

TCE – Tribunal de Contas do Estado



TI – Tecnologia da Informação  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
10ª RM – Décima Região Militar

## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório tem por objetivo apresentar o desempenho da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Superintendência Regional da Polícia Federal

no Estado do Piauí – SR/DPF/PI, de acordo com as disposições contidas Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa – TCU nº.72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 127 e 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo deste Relatório está de acordo com o disposto na Parte A – Conteúdo Geral, do anexo II da DN nº 127/13 e segue a forma estabelecida na Portaria 175/13, sendo composto de 10 itens adequados à realidade desta Unidade Jurisdicionada, as supressões estão indicadas no início de cada item.

A SR/DPF/PI é a única unidade pertencente à estrutura do Departamento de Polícia Federal no Estado do Piauí Jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União. Os recursos geridos por esta UJ são oriundos do orçamento federal por meio dos mecanismos de descentralização de créditos orçamentários e repasses financeiros realizados entre o Ministério da Justiça e a Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF, situação esta evidenciada no item 2 do relatório.

A estrutura orgânica da UJ compreende duas Unidades Operacionais: a Sede da Superintendência e uma Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

A estrutura da Superintendência Regional, na sede, é formada por onze (11) Delegacias Especializadas: Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ e Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, subordinadas a Delegacia Regional Executiva – DREX; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, além de oito (8) Núcleos: Núcleo de Inteligência Policial – NIP, Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF, Núcleo Administrativo – NAD, Núcleo de Operação – NO, Núcleo de Cartório-NUCART, Núcleo de Disciplina-NUDIS e Núcleo de Correições – NUCOR. três (3) Setores: Setor de Recursos Humanos – SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial – SELOG; e ainda a Corregedoria Regional de Polícia Federal e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

Cumprido esclarecer que no organograma funcional apresentado no item 1.3, considerou-se apenas os níveis estratégicos, ou seja, aqueles que efetivamente influem na gestão desta UJ.

Quanto ao item 7 - Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, por tratar-se de Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento, cujas diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização.

Em face disto, a informação supra será apresentada unicamente pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área. Como consequência, os itens do Relatório foram reenumerados a partir desse item.

Dentre as principais realizações da gestão durante o exercício de 2013, podemos destacar, o incremento da atividade operacional, resultando na deflagração de sete operações de grande porte, objetivando o combate à criminalidade nas áreas de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes; patrimônio público, com ênfase para o combate de organizações criminosas especializadas em assaltos a bancos e agências dos Correios; criação na estrutura organizacional da

Superintendência do Grupo de Repressão aos crimes de lavagens de dinheiro e de bens oriundos da corrupção; combate aos desvios de verbas públicas, contrabando e descaminho, dentre outros.

Na atividade meio ou logística, o destaque foi para as aquisições para renovação do Parque Tecnológico (computadores, impressoras, notebooks e servidor), bem como as aquisições para renovação do PROMASP – Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro que consiste na substituição e ampliação de todo o parque de equipamentos relacionado ao atendimento de passaportes e ao controle migratório, os equipamentos serão instalados em 2014 e garantirão maior qualidade e agilidade para os serviços desenvolvidos pela Delegacia de Imigração, que está instalada no Aeroporto Petrônio Portela de Teresina. Também foram adquiridos outros materiais permanentes para atividade fim e meio desta SR/PI, um volume mais expressivo que no exercício de 2012, embora não tenham sido atendidas todas as demandas levantadas.

As principais dificuldades para a consecução dos objetivos da Unidade Jurisdicionada foram, de um lado, as limitações orçamentárias estabelecidas pelo Governo Federal, que implicaram no contingenciamento dos recursos orçamentários destinados à realização de despesas de custeio e investimentos, e, de outro lado, o reduzido efetivo de servidores policiais, que sofre baixa a cada ano à medida que novos policiais, por completarem o tempo de serviço, entram em inatividade.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas na área de apoio logístico podemos destacar o reduzido número de servidores, notadamente na área de licitações e contratos que dificultou sensivelmente o desenvolvimento de algumas aquisições consideradas essenciais, tais como contratação dos serviços de manutenção predial e recepcionista para as atividades relacionadas ao atendimento do público externo. O reduzido número de servidores também impacta na melhoria dos processos logísticos, uma vez que o planejamento e monitoramento das atividades resta prejudicado em função da necessidade de atendimento de demandas reprimidas, contudo, busca-se priorizar ações que possam contribuir com o atendimento das demandas sem prejudicar os controles adequados e necessários.

## **1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPOE O RELATÓRIO**

O Relatório de Gestão é identificado como individual, tendo em vista que a SR/DPF/PI se constitui a única Unidade Jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União. A finalidade e a competência constantes do subitem 1.2 são as previstas na CRFB/1988 e nas normas

infraconstitucionais. No organograma do subitem 1.3 constam apenas dois níveis decisórios da Superintendência: o primeiro representa o dirigente máximo da unidade e o segundo, os setores com participação na gestão da UJ. Nos itens 1.4 e 1.5 constam os macroprocessos finalísticos e de apoio do DPF, que por meio da desconcentração administrativa atribui a cada uma de suas superintendências a responsabilidade por desencadear ações com o fim de atingir os objetivos neles propostos. O item 1.6 trata dos principais parceiros que contribuíram de alguma forma nos resultados alcançados pela UJ em 2013.

## Identificação da Unidade Jurisdicionada

### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí			
Denominação Abreviada: SR/DPF/PI			
Código SIORG: 1154	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200390
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.394.494/0034-02	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(086) 2106-4972	(086) 2106-4990	(086) 3223-0556
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:gab.srpi@dpf.gov.br">gab.srpi@dpf.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Av. Maranhão 1022, Centro/Norte, CEP: 64000-010 – Teresina/Piauí			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</li> <li>- A SR/DPF/PI foi Criada como Subdelegacia Regional pela Port. 182, de 29/04/65, Boletim de Serviço nº. 081, de 04/05/65, foi transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72 e elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</li> <li>- A Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI foi criada pela Portaria 178/2007 DG/DPF de 17/05/2007, Boletim de Serviço 096 de 21/05/2007.</li> </ul>			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</li> <li>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.11..2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.</li> <li>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes-alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.</li> <li>- Portaria nº 2.099/2011, de 15/02/2011, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Publicação da Carta de Serviços ao cidadão, disponível em meio eletrônico no Portal da Polícia Federal ( <a href="http://www.dpf.gov.br/institucional/carta-de-servicos">www.dpf.gov.br/institucional/carta-de-servicos</a> ). O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao cidadão pela Polícia Federal através das Superintendências e de suas Delegacias, a iniciativa facilitará o acesso ao usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
200390	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí		
Gestões relacionadas às Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

200390	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200390	0001 – Gestão Tesouro Nacional

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal – DPF é um órgão específico singular a que se refere à alínea "g" do inciso II do art. 2º do capítulo II do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

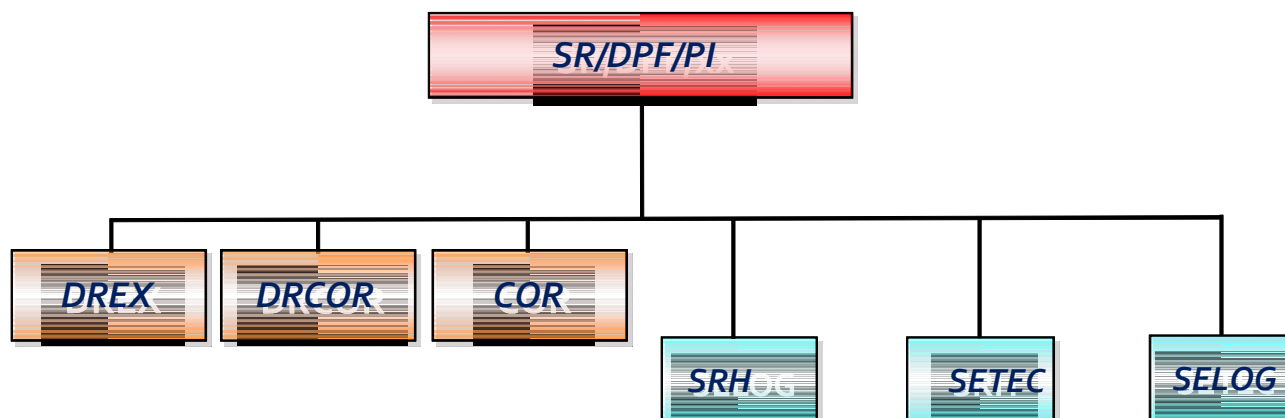
Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, a SR/DPF/PI foi criada com a finalidade de contribuir para o cumprimento da missão do Departamento de Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí, tanto como Polícia Judiciária da União, quanto como Polícia Administrativa.

As atribuições gerais da SR/DPF/PI estão definidas no art.20 da Portaria nº 2.877/MJ, de 30 de dezembro de 2011, do Ministério da Justiça, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí;
- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Parnaíba, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Piauí, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Piauí;
- apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/PI e da DPF/PHB/PI.

### 1.3 Organograma Funcional



A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ - SR/DPF/PI, compete planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí, conforme o disposto no artigo 20 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

Quanto às competências das áreas que compõe esta SR/DPF/PI, encontram-se previstas na Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho, alterada pela Instrução Normativa nº 39/2010 de 05 de outubro de 2010. Deste dispositivo normativo podemos citar, resumidamente, as seguintes competências/atribuições específicas das áreas:

a) Delegacia Regional Executiva – DREX: planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, controle de armas e produtos químicos e controle de segurança privada.

b) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR: planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações referentes à persecução de crimes nas áreas patrimonial e tráfico de armas, previdenciária, repressão ao tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, fazendária, financeira, defesa institucional, meio ambiente e patrimônio histórico.

c) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR: distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, planejar e executar o Plano de Correções, decidir sobre conflitos de competência, promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado.

d) Setor de Recursos Humanos – SRH: executar as atividades de administração de recursos humanos; orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos; executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias, propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho.

e) Setor Técnico-Científico – SETEC: planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais, colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos.

f) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG: elaborar a proposta orçamentária, acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico.

Quanto à discriminação dos macroprocessos e seus principais produtos, seguem explícitos nos itens 1.4 e 1.5.

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

### 1.4.1. Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, as peculiaridades de cada unidade, tais como, características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras.

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinhe, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

QUADRO II – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2013
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.	No que diz respeito aos procedimentos relacionado às atribuições institucionais de Polícia Judiciária, através da Corregedoria-Regional, foram empreendidas correições parciais em 100% dos inquéritos policiais e cumprido o Plano de Correições Ordinárias/2013 da SR/DPF/PI e DPF/PHB/PI, oportunidade em que foram correicionados os inquéritos policiais instaurados até 31/12/2010, tendo sido elaborado o devido relatório de correições ordinárias/2013, o qual foi encaminhado à Corregedoria Regional após a notificação dos servidores interessados para as devidas correções das irregularidades apontadas em relatório e após o visto do Superintendente Regional. Destaque-se que em 2013 implementou-se, por iniciativa da Corregedoria Regional e decisão publicada em portaria do Superintendente Regional, a obrigatoriedade de realização de Correições Parciais na DPF/PHB/PI. Ainda em 2013,



		<p>foram instauradas 08 sindicâncias investigativas e 03 processos administrativos disciplinares; no que diz respeito a produção de inquéritos, foram instaurados 819, relatados 862 e indiciados 693.</p> <p>Quanto à garantia da integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, esta unidade jurisdicionada não dispõe em seu organograma de um setor específico com atribuições típicas de controle interno da gestão. Essas atribuições são realizadas pela Assessoria de Controle Interno do DPF, subordinada diretamente ao Diretor Geral. Contudo é inegável a existência de controles para garantir a conformidade dos registros contábeis e financeiros com as leis, regulamentos e normativos, tais como:</p> <p>1. Conformidade Contábil que era exercida diretamente nesta UJ até NOV/2013, contudo pelo restrito quadro de pessoal teve que ser feita pela Setorial Contábil do DPF. Essas ações consistiram na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, com base no acompanhamento diário da UG e no relatório de acompanhamento mensal, emitido no fechamento de cada mês e encaminhado para conhecimento e providências dos acertos necessários; o relatório contempla os seguintes aspectos: a) identificação da conformidade de registro de gestão durante o mês; b) a existência de saldos invertidos ou alongados no balancete; c) a conferência do relatório de movimentação do almoxarifado com os saldos das respectivas contas contábeis no SIAFI; o mesmo ocorre com a movimentação de bens móveis e imóveis, inclusive quanto ao registro da depreciação e</p>
--	--	--

		<p>avaliação (reavaliação/ redução); d) suprimentos de fundos a fim de identificar saldo alongado nas contas 11244.00.00 e 19911.06.00, rol de responsáveis, convênios e outras inconsistências nas contas contábeis.</p> <p>2. Conformidade dos Registros de Gestão, realizada por servidores desta UJ designados por Portaria que consistiu na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovassem as operações. Trata-se de atividade de suporte local para a Setorial Contábil do DPF.</p> <p>3. Outros controles foram exercidos, tais como: Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial, Gestão Financeira e Orçamentária, com servidores designados especificamente para tais fins através de Portaria e que compõe o rol de responsáveis no SIAFI. Todos esses controles foram exercidos durante 2013 com fins de garantir o atendimento as leis, normativos e regulamentos.</p>
--	--	---

Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.	No exercício de 2013 permaneceram em vigência três instrumentos de parcerias, firmados em anos anteriores, a saber: a) Termo de Cessão de Uso de Área Gratuito, mantido com a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, cujo objeto é a cessão de
---------------------------------	--	---

		<p>área da torre de transmissão para instalação de equipamentos responsáveis pela repetição do sinal do sistema INTEGRAPOL - Rede de Radiocomunicação Segura do DPF - é a rede de radiocomunicação digital administrada pelo DPF que possui mecanismos de segurança criptográfico de codificação de voz e dados. É composta por Redes Fixas e Redes Táticas, que por sua vez possuem vários componentes integrados.</p> <p>b) Termo de Convênio de Cessão de Uso de Área Aeroportuária celebrado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, que tem com objeto a cessão de área para prestação dos serviços públicos da Delegacia de Imigração;</p> <p>c) Termo de Compromisso mantido com a Prefeitura Municipal de Teresina, cujo objeto é a cooperação para o plantio de mudas de espécies florestais nativas, com o objetivo preponderante de compensação exclusiva de gases de efeito estufa (GEE) emitidos pelo DPF.</p>
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.	A socialização e/ou coleta de informações no âmbito da Superintendência Regional do DPF no Piauí em 2013 se deu mediante a publicação em Aditamentos Semanais dos atos administrativos locais e/ou republicação de atos divulgados no Boletim de Serviço do órgão central, para conhecimento do público interno; Há também a veiculação de notícias de interesse do órgão e/ou dos servidores no portal intranet da SR/DPF/PI; A atual administração disponibilizou ainda a abertura de canal de comunicação informal entre o gestor e os servidores em geral, no sentido de que se dirijam ao Gabinete, às chefias ou às coordenações, quando entenderem necessário, para levar sugestões e/ou críticas construtivas que contribuam para a melhoria da gestão. Embora não exista um instrumento para a

		coleta de informações/reclamações do público externo, cartas, denúncias e outros expedientes da comunidade são acolhidos pelo serviço de protocolo e encaminhados ao Gabinete do Superintendente para os encaminhamentos que se fizerem necessários.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.	Os processos de gestão organizacional consistem nas seguintes práticas institucionalizadas: elaboração do Plano de Metas Anual, com a previsão das ações que possam contribuir para a consecução dos objetivos operacionais do órgão. Outra prática diz respeito à revisão do Plano de Metas Anual para adequar as ações previstas com as necessidades decorrentes da dinâmica de sua execução; Sempre que necessário, o gestor solicita relatórios de atividades aos setores para balizar as tomadas de decisão ou para instruir sua participação em reuniões dos superintendentes regionais com as diretorias do órgão central; é também de praxe a realização de reuniões periódicas dos chefes de setores com as coordenações de área e com o Senhor Superintendente Regional, e destes com os subordinados, para alinhamento de procedimentos e/ou intercâmbio de informações de interesse geral do público interno.
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.	No ano de 2013, o Núcleo de Inteligência Policial atendeu a diversas demandas oriundas das delegacias especializadas que consistiu, em resumo, no uso de bancos de dados restritos à comunidade de inteligência e no auxílio técnico para implementar medidas cautelares sigilosas, especialmente aquelas que dependem de sistemas de monitoramento e do uso de equipamentos sensíveis. No desenvolvimento das duas atividades - produção de conhecimento em níveis estratégico e operacional - durante o ano de 2013, o NIP/SR/DPF/PI produziu: 22

		relatórios de inteligência, 11 informações policiais, 4 relatórios de diligências e 14 pedidos de inteligência.
Controle da Segurança Privada	<p>Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</p>	<p>Os processos relativos ao controle de segurança privada são conduzidos nas unidades descentralizadas pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada – DELESP. Durante o exercício de 2013 foram contabilizadas onze missões de fiscalização de empresas de segurança privada, resultando na lavratura de cinco autos de constatação e notificação de infração. Quanto às autorizações, foi emitida uma autorização de funcionamento de transporte de valores e duas de segurança e vigilância patrimonial. Dentre outras atividades no exercício destacam-se o registro de 2095 certificados de vigilantes; sete autorizações para compra e venda de coletes; 86 comunicações de incidentes com armas; 60 análises de processos via GESP; e 52 guias de transferência e/ou transporte de armas. No que se refere a vistorias, foram efetuadas 82 vistorias de veículos de transporte de valores; 21 vistorias de instalações de empresa de vigilância e 138 vistorias de agências bancárias, incluindo alguns postos de atendimento bancário. A arrecadação durante o ano foi de R\$ 180.370,00 (cento e oitenta mil e trezentos e setenta reais) em taxas.</p>
Controle de Armas de Fogo	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</p>	<p>O controle de armas de fogo em cada unidade da federação é realizado nas Superintendências Regionais através das Delegacias de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ. Em 2013, a delegacia deu continuidade à execução dos processos finalísticos na área de polícia administrativa no atendimento relacionado a armas de fogos, os quais podem ser resumidos nas seguintes atividades e resultados: 2.188 registros de</p>

		armas, 15 requisições de porte de arma, dos quais apenas 6 foram atendidos, recebimento de 72 Armas de Fogo na Campanha do Desarmamento; 229 armas apreendidas.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.	O controle migratório na área de circunscrição desta unidade é feito pela Delegacia de Imigração – DELEMIG, que realizou no exercício diligências para confirmar as alegações de estrangeiro que requer visto. O controle migratório indireto foi realizado mediante consulta aos sistemas, notificando estrangeiros que chegam ao conhecimento do setor que se encontram irregular no país, considerando que não existe no Estado aeroportos internacionais e portos; Outras atividades consistiram na instrução dos processos de visto e/ou obtenção de carteira de identidade de estrangeiros – CIE, além da expedição de passaportes. Outra vertente de trabalhos diretamente com estrangeiros diz respeito à Delegacia de Polícia de Imigração que no exercício findo efetuou diligências “in loco” e oficiou à Secretaria de Segurança Pública do Piauí, em busca de dados qualificativos e de parentes de pessoas que morreram em outro país, além de consultas aos sistemas policiais. Dentre outros resultados no exercício destacam-se a emissão 224 carteiras de estrangeiro e 7.662 passaportes.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.	O controle de Precursores Químicos no âmbito das Superintendência Regional é feito também pela DELEAQ. Durante o exercício de 2013 foram desenvolvidas ações de fiscalização em 8 empresas de produtos químicos em parceria com a DCPQ no Estado do Piauí e apreendidos 3.770 Kg de produtos químicos sólidos (ácido clorídrico). De igual forma, a delegacia deu continuidade à execução de processos finalísticos na área de polícia administrativa relativa à tramitação e

		protocolo de documentos de empresas fiscalizadas com a inclusão de dados no SINPQ.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.	O responsável pelos processos de identificação civil no âmbito desta Superintendência Regional é o Grupo de Identificação - GID/DREX/SR/DPF/PI. Durante o ano de 2013 o setor realizou a coleta das impressões digitais de cerca de 830 pessoas, posteriormente pesquisou e armazenou no Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS. Conforme a legislação específica de cada Delegacia - destas 830 pessoas identificadas, 18 foram de servidores da PF (Funcionais), 239 foram estrangeiros (DELEMIG), 52 foram criminais (indiciados em IPL da SR/DPF/PI) e 521 foram vigilantes (DELESP).
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	No âmbito das unidades descentralizadas as ações relativas aos processos de Segurança de Pessoas são de responsabilidade da Delegacia Regional Executiva, através do Núcleo de Operações. Durante o exercício findo foram cumpridas 03 missões de Segurança de Dignitários, quando da visita de autoridades dos altos escalões governamentais a cidades do estado do Piauí; 04 missões de apoio operacional a Fiscais do Ministério do Trabalho, Oficiais de Justiça e outros servidores da administração pública federal, no exercício da função e 11 missões de condução de presos em deslocamentos do presídio para audiência na Justiça e retorno à prisão.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.	Na área de circunscrição da SR/DPF/PI há apenas um aeroporto de grande porte em operação, localizado na capital do estado. O estado não dispõe de porto. Por esta razão, a Delegacia de Imigração, que está localizada nas dependências do Aeroporto Petrônio Portela, através do serviço de plantão, atua diretamente neste conjunto de processos, quer

		expedindo autorização para o embarque armado, quer fazendo apreensões e prisões de passageiros que se encontram indevidamente portando armas, munições e acessórios nos embarques e desembarques em aeronaves.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.	O suporte operacional para as diversas delegacias especializadas executarem os processos finalísticos de polícia judiciária e administrativa é encargo do Núcleo de Operações da Delegacia Executiva. Cabe a esse núcleo efetuar as diligências requisitadas por autoridades policiais para a instrução de Inquéritos; Nesse sentido, no exercício de 2013 foram cumpridas 71 Ordens de Missão Policial, duas das quais para cumprimento de mandados de busca e duas para cumprimento de mandados de prisão, expedidos pela Justiça. Além das diligências para instrução de inquéritos e/ou cumprimento de decisões judiciais, o Núcleo de Operações também realizou em 2013 o planejamento e a execução das escalas de serviços operacionais no interesse desta Regional.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.	Durante o exercício de 2013 a SR/DPF/PI, através do Núcleo de Operações da Delegacia Regional Executiva, participou de 4 missões junto ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial, em Brasília/DF, bem como direcionou dois pedidos de inclusão no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas aos órgãos competentes do Governo Federal, nos termos da legislação e dos normativos vigentes, para análise e decisão.
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da	A investigação criminal nas unidades descentralizadas é de competência da Delegacia Regional Investigações e Combate ao Crime Organizado, através das diversas delegacias especializadas, a saber: Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ; Grupo de Repressão a Crimes



	investigação.	<p>Financeiros e Lavagem de Dinheiro – GRFIN; Delegacia de Defesa Institucional – DELINST; Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH; Delegacia de Repressão a Drogas – DRE; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV e Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT.</p> <p>Em 2013, no âmbito da DELEFAZ foi otimizado o trato das notícias-crime relacionadas a moeda falsa, de forma a evitar a instauração de inúmeros inquéritos policiais que redundavam infrutíferos. Foi criada rotina para agilizar as investigações relacionadas ao crime de moeda falsa, de forma a possibilitar um incremento operacional do setor no que diz respeito às mesmas, sendo deflagrada a Operação Garoupa. Outras investigações culminaram na deflagração da Operação Hiena II, voltada para a desarticulação de organização criminosa especializada em fraudar declarações de Imposto de Renda, para obtenção de restituições indevidas.</p> <p>No âmbito do Grupo de Combate aos Crimes Financeiros - GRFIN/PI, foram realizadas investigações relativas a desvio de recursos públicos e crimes financeiros, resultando na instauração de 12 IPLs.</p> <p>Na área de defesa institucional, a Delegacia de Defesa Institucional – DELINST utilizou todas as técnicas de investigação, especialmente, a colheita de depoimentos, resultando na instauração de 108 IPLs.</p> <p>No que se refere ao meio-ambiente, além das diligências de rotina da Delegacia de Combate aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH, foi deflagrada no exercício de 2013 a Operação Rio Verde, objetivando combater crimes de</p>
--	---------------	---

		<p>poluição hídrica nos leitos dos rios Parnaíba e Poty.</p> <p>O combate ao uso de drogas ilícitas é realizado nas Superintendências Regionais pelas Delegacias de Combate a Entorpecentes – DRE. Os processos conduzidos pela delegacia consistiram em investigações, barreiras operacionais, e trabalhos de inteligência e de campo, objetivando a retirada de circulação de grandes volumes de substâncias entorpecentes nocivas ao convívio social. São fruto desse trabalho as ações de interdição em aeroportos e plantios de Maconha, dentre outras.</p> <p>Entre as operações de combate ao narcotráfico no estado realizadas em 2013 merecem destaque a Operação Pioneiros, voltada para a desarticulação de quadrilha especializada no tráfico de drogas, com atuação na capital e municípios vizinhos, e a Operação Catavento, levada a efeito pela Delegacia de Polícia Federal de Parnaíba/PI – DPF/PHB/PI, objetivando o combate do tráfico de drogas na zona litorânea do estado.</p> <p>A Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV instaurou em 2013 108 inquéritos voltados para o combate aos crimes lesivos ao patrimônio da Previdência Social.</p> <p>A Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e Tráfico de Armas – DELEPAT formalizou a instauração de 55 inquéritos policiais e termos circunstanciados, visando a apuração de crimes contra o patrimônio da União, resultando na deflagração de operações, entre as quais destacou-se, em 2013, a Operação Sertão, voltada para a desarticulação de quadrilhas que atuavam no interior do estado do Piauí praticando crimes de roubos e arrombamentos a agências dos correios.</p>
--	--	--

Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.	As atividades de polícia judiciária a cargo das diversas delegacias especializadas demandaram constantemente a alimentação e utilização dos dados disponíveis nos sistemas de informação policiais, dentre os quais destacaram-se o INFOSEG, AFIS, SINIC e o PALAS.
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	Foram atendidas ordinariamente requisições de exame pericial oriundas de todas as delegacias da SR/DPF/PI e da delegacia DPF/PHB/PI, bem como, extraordinariamente da DPF/CXA/MA, da DPF/JPO/RO, da DPF/JZA/BA, da DPF/GOY/RJ, da SR/DPF/MA, da SR/DPF/RJ, da SR/DPF/PE, do 25ºBC-10ªRM, e algumas referentes a exames de toxicologia e genética forense demandadas em apoio a inquéritos policiais das Polícias Civil do Piauí e da Regional de Timon/MA. Historicamente o SETEC/PI atende às solicitações das Polícias Cíveis dos Estados do Piauí e do Maranhão, pela proximidade geográfica e considerando que as mesmas não dispõem da infraestrutura pericial adequada, mas, que este atendimento, compreendido basicamente de perícias nas áreas de toxicologia e genética forense, ocorre sem prejuízo da rotina policial federal, sendo algumas daquelas conforme a especificidade repassadas para exame nos laboratórios do INC/DITEC, em Brasília/DF. Ainda, foram atendidas requisições de perícias emanadas da Justiça Federal e da Justiça Estadual, sobretudo versando em matéria eleitoral anotada em RE, bem como do Ministério Público Federal inerentes a ações civis públicas como antecipação de prova dos procedimentos penais. importa ressaltar que no ano de 2013 ocorreu um grande aumento das perícias em local de crime, sobretudo relacionados às agências dos Correios, que implicaram no deslocamento de consideráveis

		distâncias comprometendo o trabalho de todos os peritos e resultando em prejuízo ao atendimento das perícias ordinárias nas demais áreas e, conseqüentemente, na instrução tempestiva dos inquéritos policiais. Em termos estatísticos, foram produzidos 466 laudos e 80 informações técnicas, sendo que os laudos foram produzidos nas seguintes áreas: quantitativos: Contábeis e Financeiras: 20, Balística e Caracterização Física de Materiais: 22; Engenharia: 39; Informática: 51; Local de Crime: 87; Meio Ambiente: 16; Química forense: 45; Registros de Áudio e Imagens: 56; Veículos: 12; Documentoscópicas: 109; Eletroeletrônicas: 2; Merceológicas: 7.
--	--	---

Fonte: Arquivo das Delegacias/Setores e Núcleos da SR/DPF/PI

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho N° 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

#### QUADRO III – MACROPROCESSOS DE APOIO

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>	<b>Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2013</b>
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.	No decorrer do ano 2013, a Comunicação Social desta SR/DPF/PI expediu diversas notas e releases aos meios de comunicação de abrangência local, objetivando não só divulgar as atividades desta Regional junto à sociedade, como também assegurar a transparência da gestão policial no enfrentamento da criminalidade no Estado do Piauí. Registre-se também que todas as notas,

		<p>releases e entrevistas publicadas na mídia, sob a coordenação da Comunicação Social, foram republicadas regularmente no portal intranet, assegurando, deste modo, a transparência da gestão da informação junto ao público interno.</p> <p>Outras atividades dignas de nota foram o planejamento, organização e execução de atos solenes, cerimônias públicas e eventos direcionados ao público externo, tais como palestras educativas em escolas, igrejas e outras instituições sociais voltadas para a prevenção do uso de drogas; recepção a autoridades e visitantes quando se dirigiram à sede desta regional; manutenção do tradicional quadro geral de avisos, não obstante a ferramenta mais utilizada seja a intranet. Por fim, além das atividades típicas da Comunicação Social, o responsável por esse serviço presta apoio e assessoramento ao Gabinete, quando solicitado pelo Dirigente Regional.</p>
Gestão de Tecnologia da Informação	<p>Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.</p>	<p>A gestão de tecnologia da informação no âmbito das superintendências regionais é encargo do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI. No exercício de 2013, o NTI/SR/DPF/PI atuou dando suporte operacional no que concerne à manutenção da rede local de informática, bem como prestando atendimento aos usuários dos sistemas corporativos.</p> <p>A maioria dos serviços de manutenção pôde ser realizada no próprio setor, sem necessidade de contratação de serviços terceirizados, atendendo ao princípio da economicidade e racionalização dos gastos com reparos dos equipamentos.</p> <p>O Relatório de Gerenciamento de Serviços do NTI registrou, no exercício, o atendimento de 299 chamados, excluídos desse número os chamados efetuados diretamente por telefone</p>

		<p>ou pessoalmente no setor, que constituem a maioria dos atendimentos.</p> <p>Além desses serviços de rotina, o NTI deu também suporte ao Setor de Administração e Logística Policial na avaliação dos bens de informática passíveis de desfazimento e no levantamento das necessidades de novos equipamentos para fins de aquisição.</p>
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.	A sistemática de gerenciamento e desenvolvimento de pessoas, incluindo o acompanhamento do desempenho individual e institucional do servidor, quer da área fim quer da área meio, obedece a normativos do órgão central, inexistindo na unidade jurisdicionada política própria de gestão de pessoas.
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.	<p>No exercício de 2013, foram realizados os serviços de construção do muro no terreno destinado às novas instalações da SR/DPF/PI, com fins de isolar o terreno do imóvel do DNIT, bem como preservar o Patrimônio Público e de particulares, haja vista que no terreno há depósito de veículos apreendidos e arquivo morto. Outros pequenos serviços de reparos elétricos e hidráulicos foram realizados, tendo em vista que esta Superintendência não conseguiu realizar procedimento licitatório para contratação dos serviços de manutenção predial.</p> <p>Também no exercício de 2013, instruiu-se procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para realizar levantamentos, estudos e elaboração de projeto executivo, com fins de readequação das instalações elétricas, instalações de combate a incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de circuito fechado de televisão, contudo, não logrou-se êxito no procedimento licitatório por falta de empresas interessadas, sendo necessário novo procedimento em 2014,</p>

		tendo em vista que os serviços são imprescindíveis para esta Unidade.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.	<p>O provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Superintendência se deu através do processo de contratação e/ou renovação dos contratos já existentes, orientado pela elaboração do Plano de Metas Anual e outras demandas não previstas pelo mesmo. Tanto esse plano de metas como demandas extraordinárias foram gerenciadas de acordo as solicitações apresentadas pelos setores que compõem esta Superintendência e dados obtidos do gerenciamento de materiais. No que diz a aquisição de materiais permanentes, em 2013, foi priorizada a renovação do Parque Tecnológico do PROMASP - Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro que consiste na substituição e ampliação de todo o parque de equipamentos relacionado ao atendimento de passaportes e ao controle migratório, cujo procedimento licitatório foi realizado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI. Da mesma forma, deu-se continuidade a renovação do parque tecnológico da Superintendência, contemplando computadores, notebooks, impressoras e outros equipamentos, também como projeto corporativo, ficando no encargo da Superintendência definir as demandas e quantitativos de acordo com os recursos liberados para este fim.</p> <p>A administração de materiais se efetivou pelo sistema informatizado Gestão Eletrônica de Administração e Logística – E-LOG que dispõem de ferramentas gerenciais que registram todo o fluxo de materiais de consumo e bens permanentes. Através do E-</p>

		LOG é realizado o registro de entrada, distribuição, alocação e inventário, como também são obtidos dados que subsidiam a gestão.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.	A dotação orçamentária disponibilizada para esta Superintendência Regional foi aprovada pela Portaria nº.3.899/2013-DG/DPF, os créditos destinaram-se à implantação, implementação e manutenção dos programas de trabalho a cargo desta unidade dentro dos limites autorizados de forma a garantir os compromissos já contratados para o funcionamento das atividades fins e de apoio. No exercício de 2013 foram promovidas limitações de empenhos. De outra forma, na medida do possível foram feitas gestões no sentido de bem utilizar as economias orçamentárias em determinadas naturezas de despesas, especialmente despesas contratadas, para atender outras demandas que foram surgindo ao longo do exercício, de tal forma que não houve grandes impactos registrados para atendimento das demandas, exceto no que diz respeito à falta de pessoal para garantir que as licitações fossem realizadas de forma tempestiva, a exemplo da contratação dos serviços de manutenção predial e serviços de recepção que garantissem a efetiva utilização dos recursos orçamentários disponibilizados e o atendimento do serviços demandados.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.	No exercício de 2013 permaneceram em vigência os Termos de Convênio nº.01 e 02/2008, mantidos com Universidade Federal do Piauí – UFPI e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI, cujo objeto é o programa de estágio para alunos dos cursos de graduação e técnicos dos respectivos órgãos convenientes.

Fonte: Arquivo dos Setores e Núcleos da SR/DPF/PI



## 1.6 – Principais Parceiros

QUADRO IV – PRINCIPAIS PARCEIROS

ENTIDADE/ÓRGÃO PARCEIRO	FORMA DE COLABORAÇÃO
INFRAERO	Cessão de espaço e instalações físicas no Aeroporto de Teresina, para acomodação do posto de serviços da Polícia Federal, onde está instalada a Delegacia de Imigração – DELEMIG, facilitando os serviços de expedição de passaporte, atendimento a estrangeiros e Plantão Policial.
SERPRO	Suporte necessário à operacionalização dos equipamentos do PROMASP para garantir o pleno atendimento dos serviços de expedição de passaporte.
Secretaria de Segurança Pública do Piauí/ Instituto de Identificação do Piauí	Troca de informações relacionadas às impressões digitais, identificação civil e criminal de criminosos e ou indiciados em inquéritos policiais. Orientação, treinamento e solicitação de serviços (por meio do Instituto Nacional de Identificação) relacionados aos sistemas SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais e AFIS – Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais.
Justiça Federal do Piauí	Orientação, treinamento e solicitação de serviços (por meio do Instituto Nacional de Identificação) relacionado ao sistema SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais.
Polícia Civil do Estado do Piauí	Contatos e intercâmbio de informações com a Divisão de Armas e Munições.
25º Batalhão de Caçadores – 25º BC	Contato e intercâmbio de informações com a Divisão de Produtos Controlados pelo Exército.

2º Batalhão de Engenharia de Construção – 2º BEC/10ª RM	Uso do laboratório de solo e asfalto para análise de corpos de prova retirados em exame pericial em pavimento de aeroporto e estradas.
INC/DITEC	Auxílio na execução de exames especializados, recebendo amostras para análises nos laboratórios de química e genética forense, bem como o apoio no recrutamento de peritos para a execução de exames de engenharia.
IML - Instituto de Criminalística e ACADEPOL/SSP/PI	O SETEC/PI prestou apoio àqueles Institutos recebendo amostras para exames especializados no INC/DITEC, bem como prestou apoio realizando atividades docentes nos cursos de formação profissional de novos peritos criminais do IC e de agentes de polícia civil/SSP/PI. Em contrapartida aqueles Institutos nos auxiliaram atendendo demandas periciais nas áreas de balística e em procedimentos médicos-legais para instruir IPLs da SR/DPF/PI.

ENTIDADE/ÓRGÃO PARCEIRO	FORMA DE COLABORAÇÃO
Ministério da Previdência Social, por meio da Assessoria de Pesquisas Estratégicas do Ministério da Previdência Social – APE/MPS/PI. (DELEPREV/SR/PI)	Reuniões periódicas com a Força Tarefa Previdenciária (Polícia Federal, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal) com o fim de estabelecer diretrizes e prioridades no combate às fraudes à Previdência Social.
Justiça Eleitoral (DELINST)	Participação nas reuniões e na execução das ações de segurança dos pleitos eleitorais no estado.
Ministério do Trabalho e Emprego (DELINST)	Intercâmbio de informações relativas aos processos de fiscalização do órgão que demandam processos investigativos na área de polícia judiciária com vistas a apuração de crimes contra a instituição do trabalho.
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Execução do “Projeto Piloto Correios”
Agência Nacional de Telecomunicações	Ações de fiscalização e combate a atividades clandestinas de telecomunicações
Polícia Rodoviária Federal	Intercâmbio de informações sobre as ações de combate a crimes diversos de competência da instituição parceira nas rodovias federais.
Controladoria Geral da União no Piauí – CGU/PI	Intercâmbio de informações no tocante às investigações de desvio de recursos públicos federais.
Tribunal de Contas da União	Participação em reuniões e encontros para intercâmbio de informações relacionadas aos crimes de improbidade administrativa envolvendo desvio e má-versação de dinheiro público.
Tribunal de Contas do Estado	Participação em reuniões e encontros para intercâmbio de informações relacionadas aos crimes de improbidade administrativa envolvendo desvio e má-versação de dinheiro público.

Fonte: Arquivo das Delegacias/Setores e Núcleos da SR/DPF/PI

## 2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Considerando que esta SR/DPF/PI, gere recursos oriundos do orçamento federal por meio dos mecanismos de descentralização de créditos orçamentários e repasses financeiros realizados entre o Ministério da Justiça e a Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF, as informações relacionadas à programação orçamentária e financeira são consolidadas em nível de ministério e/ou COF, a quem compete prestar as informações. Dessa forma, não serão apresentadas as informações dos subitens 2.2 e respectivos quadros da Portaria 175-TCU/2013. Em consequência alterou-se a numeração das informações ora apresentadas.

No item 2.3 da referida portaria (informações sobre outros resultados da gestão) foram citadas as variáveis que compõem o Índice de Produtividade Operacional das Superintendências do DPF, de janeiro a dezembro de 2013. Esses dados, bem como o respectivo índice, encontram-se publicados no Boletim de Serviço nº 034, de 18 de fevereiro de 2014.

### 2.1 Planejamento da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é, por definição, órgão singular. Em consequência, suas superintendências regionais operam em sintonia com os objetivos instituídos no Planejamento Estratégico do órgão, disposto na Portaria 1.735/2010-DG, de 3 de novembro de 2010, que aprova o Plano Estratégico 2010/2015, o portfólio estratégico e o mapa estratégico do DPF.

O planejamento das ações do Departamento de Polícia Federal é realizado anualmente através do Plano de Metas Anual. O Plano de Metas Anual constitui-se em um sistema de planejamento, elaborado a partir das estratégias estabelecidas pelos órgãos dirigentes e em conformidade com determinações legais e normativas que regulam as atribuições do Departamento de Polícia Federal. A elaboração do Plano se dá pelo estabelecimento dos objetivos e metas do Departamento de Polícia Federal, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados.

Assim, cada Superintendência Regional elabora no ano anterior o planejamento de suas ações, define as metas a serem alcançadas no exercício seguinte e encaminha em prazo previamente definido o referido documento ao órgão central para inclusão no planejamento global do órgão, a quem compete viabilizar os recursos necessários à execução.

No caso desta unidade, as metas e ações da gestão local foram consolidadas no Plano de Metas Anual de 2013, de acordo com as diretrizes emanadas pelo órgão central de planejamento, em ferramenta informatizada no sistema SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial, levando em conta aspectos importantes do contexto político, econômico e social do Estado, tais como:

- a) Dimensão territorial: o Estado do Piauí ocupa uma área de 251.529 Km<sup>2</sup> e é composto por 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, dos quais 192 integram a circunscrição da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí. Os 32 (trinta e dois) municípios restantes compõem a circunscrição da Delegacia de Polícia Federal de Parnaíba/PI, conforme estabelecido nas Portarias nº 178/2007-DG, de 17/05/2007 e 069/2008-DG/DPF, de 19/02/2008.
- b) Posição geográfica: Sendo uma unidade federada geograficamente posicionada no meio-norte do Brasil, faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. Sua faixa litorânea de 66 quilômetros banhada pelo Oceano

Atlântico, é a menor entre os estados brasileiros. A grande extensão territorial, as divisas extensas com outros Estados, a disposição da malha viária e a quase equidistância de grandes centros populacionais, tais como Belém/PA, São Luís/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, conferem ao Estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços, o que sem sombra de dúvidas concorre para a ocorrência de ações delituosas de grupos ou de organizações criminosas estabelecidas no Estado ou em outros pontos do território nacional.

- c) Aspecto econômico: a região do cerrado piauiense é considerada a última fronteira agrícola do País, com aproximadamente duas décadas de ocupação. Uma região que traz junto com seu desenvolvimento, diversas formas de crimes como a grilagem de terras, o desmatamento ilegal e venda de terras públicas.
- d) Maiores incidências criminais: Em razão dessas circunstâncias, as ocorrências delituosas na circunscrição desta Unidade Jurisdicionada apontam como maiores incidências criminais a corrupção de agentes públicos associada ao desvio de verbas; crimes de lavagem de dinheiro; fraudes à previdência; fraude a programas de transferência de renda do Governo Federal; tráfico de substâncias entorpecentes; e roubo a agências dos Correios.

Diante desse cenário, a SR/DPF/PI delineou como objetivos estratégicos: a) Reduzir a Criminalidade com aperfeiçoamento dos procedimentos de Polícia Judiciária, efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial, gestão da qualidade da prova, prevenção à criminalidade, repressão a organizações criminosas; b) Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais; c) Incrementar os acordos e parcerias e, d) Fortalecer a cultura da gestão estratégica pela modelagem organizacional e planejamento estratégico.

Neste sentido, foram desenvolvidas ações para incrementar as investigações dos crimes de desvio de recursos públicos, o enfrentamento ao crack e outras drogas, a desarticulação e descapitalização das organizações criminosas na área de sua circunscrição e o reforço do efetivo policial em atuação no estado.

As ações e metas previstas para a consecução desses objetivos, contudo, não poderiam avançar sem a consequente priorização de ações que possibilitassem melhoria das condições de trabalhos e obtenção de melhores resultados, seja pela aquisição de novos computadores, impressoras, notebooks e servidor de rede, seja pela renovação do PROMASP - Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro que consiste na substituição e ampliação de todo o parque de equipamentos relacionado ao atendimento de passaportes e ao controle migratório. Da mesma forma, se buscou a otimização dos controles administrativos, através dos sistemas disponíveis, entre os quais destacamos o E-LOG, SIGEPOL, SIASG e E-GP.

## **2.2 Informações sobre outros resultados da gestão**

Mesmo diante de um cenário de administração de escassez, a gestão da SR/DPF/PI em 2013 viabilizou o desencadeamento de ações que, em consonância com as metas previamente estabelecidas, resultaram na deflagração de seis operações de grande porte nas áreas das Delegacias de Combate a Crimes Fazendários; Repressão a Drogas; Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas; e Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico, sem prejuízo das demais diligências e investigações de rotina afetas às Delegacias de Repressão a Crimes Previdenciários e de Defesa Institucional.

Dentre as operações realizadas merecem destaque as seguintes:

a) Operação Pioneiros: desarticulação de estruturas interestaduais dedicadas ao tráfico, redução da oferta de drogas em Teresina e municípios vizinhos e expropriação dos ativos pertencentes aos criminosos.

b) Operação Sertão: desarticulação de grupos armados que agem no interior do Piauí e repressão a ações delitivas praticadas contra agências dos correios no estado;

c) Operação Catavento: repressão ao tráfico de drogas na cidade de Parnaíba/PI.

d) Operação Hiena II: desarticulação de organização criminosa especializada em fraudar Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física, para obtenção de restituições indevidas;

) Operação Garoupa: repressão a delitos envolvendo a circulação de cédulas falsas na cidade de Teresina, bem como ações delitivas relacionadas a assalto aos correios, no estado.

f) Operação Apiários: manutenção da base de Picos com vistas à produção de conhecimento estratégico na região centro-sul do estado do Piauí acerca da incidência de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e delitos correlatos.

g) Operação Rio Verde: Combate a crimes de poluição hídrica nos leitos dos rios Parnaíba e Poty.

### 2.2.1 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Como nos anos anteriores, a execução do Plano de Metas/2013 desta Superintendência Regional teve de sofrer alterações para adequação às circunstâncias, ora por força das demandas suscitadas pela sociedade na área de segurança pública, ora em razão do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Em função desse quadro, o efetivo policial e de apoio administrativo não pôde ser reforçado, o projeto de melhoria das instalações físicas foi retardado e algumas ações de reaparelhamento sofreram sérias restrições.

No entanto, as dificuldades não suplantaram os resultados obtidos. É fato que algumas metas não puderam ser alcançadas, ou foram alcançadas parcialmente, assim como certas ações tiveram de ser preteridas em detrimento de outras julgadas oportunas para o enfrentamento de situações que a dinâmica da atuação policial fez surgir no curso da execução.

De um universo de 54 metas para toda a Unidade Jurisdicionada, apenas 12 restaram prejudicadas. Outras ações não previstas tiveram de ser levadas a efeito, considerando-se demandas suscitadas no decorrer da execução. O certo é que, no geral, as circunstâncias não impediram a obtenção de resultados positivos, em consonância com os objetivos estratégicos inicialmente propostos.

Dentre as metas prejudicadas, que pela importância serão perseguidas nos exercícios seguintes, podemos citar:

a) Instituição de canal para coleta de críticas e sugestões por iniciativa do público externo, com vistas a uma maior aproximação com a sociedade, para a partir do feedback que for dado, planejar ações que resultem na prestação de atendimento de melhor qualidade ao cidadão;

b) Universalização de ações com vistas a reprimir e dissuadir a atuação de organizações criminosas em área de menor cobertura, atacando pontos em toda a circunscrição desta regional.

c) Reforço do efetivo para amenizar os transtornos causados pela carência de pessoal, tanto da área policial quanto do apoio administrativo, diante da crescente demanda de serviços.

## 2.2.2 Indicadores

Durante o exercício de 2013, o Departamento de Polícia Federal, buscando suprir lacuna existente no que concerne a definição de indicadores institucionais de produtividade operacional, apresentou, através do Memorando–Circular nº 010/2013, o resultado dos esforços iniciados em anos anteriores no sentido de mensurar em âmbito nacional o resultado operacional de suas atividades. Tal instrumento busca melhor retratar a gestão do órgão, apontando o acompanhamento, o alcance das metas previstas, os avanços, as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Através da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR, foi apresentado o Índice de Produtividade Operacional – IPO, com a finalidade de medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

A equação desenvolvida por estatísticos da própria DICOR foi construída a partir de informações do banco de dados da Polícia Federal, além das fornecidas pelas descentralizadas em cada unidade da federação.

Partindo da definição de que um índice de produtividade seja equivalente à relação entre os resultados alcançados e os recursos necessários para obtê-los em um determinado processo, a DICOR estabeleceu 27 variáveis, organizando-as em 3 grupos temáticos, a saber: atividades operacionais, aspectos geográficos e atividades administrativas.

Segundo o informe oficial, a razão de contemplar aspectos geográficos, como também dados de atividades administrativas na equação do IPO, teve como escopo a compensação da diminuição das atividades operacionais de algumas unidades, em decorrência de sua localização e volume de atividades administrativas.

A metodologia utilizada informa que o cálculo dos indicadores de produtividade das atividades operacionais considerou apenas o efetivo policial; já nos indicadores dos grupos temáticos geográficos e administrativos, considerou-se a soma do efetivo policial e administrativo de cada unidade.

A partir desses dados, estabeleceu-se que o IPO de uma unidade do DPF seria equivalente à média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: um referente ao grupo temático a que pertence o indicador e outro relacionado à complexidade da atividade em relação às outras do grupo. O resultado obtido é multiplicado por 100 apenas por efeito de escala, chegando-se à seguinte fórmula:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 p_g \times \left( \sum_{v=1}^{ng} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

onde:

1.  $p_g$  é o peso do grupo temático  $g$ ;
2.  $p_{vg}$  é o peso da variável  $v$  do grupo temático  $g$ ;
3.  $ng$  é o número de variáveis no grupo temático  $g$ ; e
4.  $IP_{vg}^g$  é o valor do índice de produtividade do grupo temático  $g$ .

A partir da fórmula acima, levando em conta as variáveis definidas na metodologia

utilizada cujos dados constam das tabelas auxiliares que alimentam a equação, apurou-se o IPO de cada Superintendência Regional do DPF nas unidades federadas, sendo que a SR/DPF/PI no exercício de 2013 alcançou o índice geral de 2,120 (equivalente à soma dos valores apurados de 1,815 das atividades operacionais; 0,158 correspondente aos fatores geográficos e 0,147 atribuídos às atividades administrativas), o que lhe confere a 11ª posição no ranking das demais unidades operacionais do país.

Explicação detalhada da aplicação da fórmula e as variáveis utilizadas na construção do IPO agrupadas em grupos temáticos para o exercício de 2013 constam de Nota para Boletim de Serviço nº 005/2014, publicada no Boletim de Serviço nº 034, de 18/02/2014, pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado do DPF.

Demonstramos abaixo alguns dados que contribuíram com o resultado do IPO/SR/PI:

#### QUADRO V – RESULTADOS OPERACIONAIS

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Inquéritos relatados	1.129
Flagrantes	36
Indiciados	906
Cocaína apreendida	49,946 kg
Maconha apreendida	33,974 kg
Operações Policiais	6
Prisões e conduções coercitivas	33
Mandados de busca e apreensão	51
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)	953
Quantidade de passaportes emitidos	7.662
Estrangeiros domiciliados na circunscrição	224

### 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

No que diz respeito à estrutura de governança o subitem 3.3 não se aplica a realidade da UJ, em consequência houve renumeração dos itens aplicáveis.

#### 3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança interna da SR/DPF/PI, consiste em um conjunto de controles administrativos, pautados nas leis e nos normativos (instruções normativas e portarias) editadas pelo Órgão Central para todo o DPF, com fins de auxiliar no alcance dos objetivos estabelecidos e garantir a eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da Unidade, dentre os principais controles podemos destacar:

a) Certificação de todos os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI, tendo-se como requisito para a certificação a verificação dos documentos hábeis que comprovem as operações realizadas e se estas atendem os imperativos legais. Essa tarefa é realizada pela Conformidade de Registro de Gestão, cuja normatização encontra-se na macrofunção 02.03.14, da Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Controles internos administrativos consubstanciados nos normativos internos, nos controles setoriais de procedimentos; nas fiscalizações internas; nas ações como revogação e anulação de atos administrativos; nas apurações de responsabilidades quando da ocorrência de fraudes, desvios e dano ao erário, com o devido ressarcimento aos cofres públicos; e nas comunicações oficiais por meio de Aditamento Semanal, mensagens na página da intranet,



tramitação de documentos (memorandos circulares, despachos, através do SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial) que agregam valor à estrutura interna de governança.

A estrutura de Governança da SR/DPF/PI é reforçada pelo acompanhamento desta SR/DPF/PI através do Serviço de Contabilidade – SECONT, responsável por realizar a Conformidade Contábil que consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI decorrentes dos registros dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O Serviço de Contabilidade, além de realizar o registro da Conformidade Contábil, também desempenha o papel de orientação e disponibilização de normativos e roteiros de execução das rotinas orçamentária, financeira e patrimonial através de manuais e links disponíveis na intranet, desta forma acompanha e orienta.

Da mesma forma, a Assessoria de Controle Interno, diretamente vinculada à Direção-Geral do DPF, cuja atribuição é auxiliar a Direção-Geral em assuntos relacionados à aderência do órgão aos atos legais e normativos; à comunicação interna de decisões; à comunicação externa com órgãos diversos, sobretudo Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União – TCU, também constitui indiretamente a estrutura de governança desta Unidade, pelo controle e orientação dos aspectos que possam interferir na aderência do Órgão aos atos legais e normativos, visto que esta SR/DPF/PI não dispõe de Unidade Controle Interno formalmente instituída.

Quanto à estrutura de governança externa à UJ, vale mencionar os trabalhos desenvolvidos pela Advocacia-Geral da União, que como órgão governante superior assiste o DPF no controle interno da legalidade dos atos administrativos por ele praticados. Mencionem-se ainda os trabalhos de auditorias de gestão, de auditorias de acompanhamento e de julgamento das contas do DPF desenvolvidos pela CGU e pelo TCU. Todos esses procedimentos ajudam a Unidade a conhecer eventuais falhas na gestão, corrigir procedimentos e atingir os objetivos institucionais.

### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<i>Ambiente de Controle</i>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<i>Avaliação de Risco</i>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> Descrever qual a metodologia utilizada, isto é, qual macroprocesso foi escolhido e de que forma foi analisado para a obtenção da resposta aos questionários.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
<b>(5) Totalmente válida.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3.3 Sistema de Correição

A estrutura interna do DPF está normatizada na Instrução Normativa nº 13/05, alterada pelas IN nº 17/08 e IN nº 39/10.

O órgão correcional no âmbito estadual é a Corregedoria-Regional, a qual está subordinada diretamente ao Superintendente Regional e tem por competências: I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER; II - planejar e executar o Plano de Correições; III - decidir sobre

conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais; IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial; V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas; VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo; VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência; VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER; IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

A Corregedoria-Regional (COR) possui em seu organograma dois setores subordinados, o Núcleo de Correições (NUCOR) e o Núcleo de Disciplina (NUDIS). Cabe ao NUCOR analisar as formalidades dos procedimentos policiais, notadamente inquéritos policiais, apontando para correção de eventuais falhas encontradas, consoante a IN nº 11/2001.

O trabalho correcional é feito de maneira rotineira através da chamada Correição Parcial, sendo que no segundo semestre de cada ano é realizada a Correição Ordinária, a qual visa inspecionar além de inquéritos policiais, outros setores e documentos correlatos com a atividade de polícia judiciária, tais como livros cartorários e depósito de bens apreendidos. No caso de ser percebida uma situação de anormalidade grave, a qualquer tempo poderá ser implantada a chamada Correição Extraordinária, a qual tem por objetivo analisar especificamente aquela parte da estrutura que está com indicativo de problema.

Questões meramente formais, que não tenham repercussão disciplinar, e constatadas na Correição Parcial, são resolvidas diretamente pelo NUCOR junto aos autores dos equívocos. Ao passo que o resultado da Correição Ordinária e Correição Extraordinária são encaminhados primeiramente para o Corregedor-Regional, deste vai para o Superintendente Regional, e ao final também são encaminhados para o órgão central denominado Corregedoria-Geral, tudo isto para conhecimento e análise de como está a unidade, e desta forma serem indicadas medidas a serem adotadas visando melhoramento e aprimoramento da atividade do órgão.

As questões que digam respeito a supostas infrações disciplinares são afetas diretamente ao NUDIS, e numa visão geral pode-se dizer que tal setor faz análise preliminar do caso concreto e encaminha ao Corregedor-Regional, o qual se manifesta, e, sendo caso de possível instauração de Processo Administrativo Disciplinar, o caso é levado para o Superintendente Regional decidir pela instauração ou arquivamento do feito.

No caso de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, este será conduzido por uma comissão permanente de disciplina, a qual fica vinculada apenas administrativamente ao superintendente regional, e com a conclusão do trabalho o caso é novamente analisado pelo Chefe do NUDIS, Corregedor-Regional e Superintendente Regional, o qual decide pelo arquivamento ou punição do servidor.

No caso da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí a composição do NUCOR é de um delegado, um escrivão e um agente administrativo, o NUDIS é composto por um delegado e um agente administrativo e a Corregedoria-Regional possui em sua lotação um delegado e um agente administrativo.

Em 2013 foram instaurados 819 IPLs, relatados 862, 693 indiciados e instaurados 03 Processos Administrativos Disciplinares.

### **3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

A Superintendência regional da Polícia Federal no estado do Piauí atua em consonância com os ditames da Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, da CGU, sendo certo que o Sistema CGU-PAD é rigorosamente alimentado.

### **3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.**

A SR/DPF/PI não instituiu no exercício de 2013 indicadores de avaliação do funcionamento do modelo de governança da UJ, contudo, para o exercício de 2014, está em curso um trabalho piloto a ser desenvolvido pela Assessoria de Controle Interno do DPF que tem por objetivo a construção de indicador que agregue informações sobre procedimentos de controle e avaliação de risco, de forma a identificar a aderência da UJ às normas de governança existentes. Levando-se em consideração o macroprocesso Competência/Atribuição da Corregedoria, pode-se dizer que o controle de gestão realizado na SR/DPF/PI é baseado tanto em normas expedidas pelo próprio órgão como também são observadas legislações externas.

É inegável que a realização de controle na gestão é salutar e necessária, entretanto sempre que se fala em regras, controle, os servidores apresentam naturalmente uma resistência e este talvez seja um dos maiores desafios dos administradores, pois não bastam as regras formais postas, há a necessidade de conscientização dos servidores de que os controles não servem apenas para travar, atrapalhar a realização dos trabalhos ordinários, como muitos podem pensar, mas na verdade quando se faz um controle rígido no campo de atuação o resultado é o aumento da confiabilidade. Assim, por exemplo, quando um ente público tem uma corregedoria forte, atuante, isto gera mais credibilidade para as ações daquele órgão, pois o público em geral presumirá naturalmente que os servidores agem com respeito ao ordenamento do estado de direito.

## **4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O presente item não se aplica na sua integridade, tendo em vista as peculiaridades desta UJ, neste sentido, os subitens não seguem a numeração proposta pela portaria 175/2013-TCU. Registre-se também que as informações resguardadas por sigilo foram suprimidas, de acordo com Instrução Normativa - DPF 69, de 14/12/12, publicada no Boletim de Serviço nº 242, de 17/12/12, assim como os dados que serão prestados de forma consolidada no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Quanto ao sigilo da informação, este se dá em razão da natureza da atividade policial, entretanto, todas as informações resguardadas encontram-se à disposição dos órgãos de controle para análise. Dessa forma, os quadros A.4.1.1, A.4.1.2.2, A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4, A.4.4.2 não comporão o presente documento, entretanto estarão presentes, de forma consolidada, no Relatório de Gestão do Órgão Central. O quadro A.4.1.2.1 terá somente a parte referente à “Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa” preenchida, uma vez que as informações referentes às movimentações entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão só podem ser prestadas pela UO do DPF e, também estará presente no Relatório do órgão central. A SR/DPF/PI não possui reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, bem como contas oriundas de convênios e/ou contratos de repasse a serem prestadas, razão pela qual os Quadros A.4.2 e A.4.4.4 foram suprimidos. O DPF não opera Conta Tipo “B”. Quanto à operacionalização de suprimento de fundos, o órgão administra dois regimes de adiantamento, quais sejam: Suprimento de Fundos de Pequeno Vulto e Regime Especial de Execução. Este último é classificado como sigiloso na IN 69/DPF acima citada. Dessa forma e por exigir a identificação do

suprimido por meio do CPF, o Quadro A.4.5.3 conterá somente informações referentes ao Suprimento de Fundos de Pequeno Vulto. Não há informações acerca de prestação de contas de suprimento de fundos, razão pela qual o Quadro A.4.5.4 foi suprimido. Os subitens 4.6 e 4.7 e respectivos quadros não se aplicam à realidade do DPF. Importante que se ressalte que até 2012 existia a UG: 200391 – FUNAPOL, razão pela qual o QUADRO IX só aparece com os valores de 2012.

## 4.1 Movimentação de Créditos Interna

## QUADRO VII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Recebidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Recebidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Recebidos	30108	200390	06122211220000001	-	-	2.447.757,64
	30108	200390	06181207027260001	-	-	1.504.670,48
	30108	200390	06183207014WH0101	-	-	272.355,99
	30108	200390	0618320707U230001	-	-	145.332,91
	30108	200390	06301211220040001	-	-	2.220,00
	30108	200390	06306211220120001	-	-	16.581,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Recebidos	30108	200390	06122211220000001	360.604,48	-	-
	30108	200390	06181207020UE0001	186.150,11	-	-
	30108	200390	06181207025860001	58.920,20	-	-

## 4.2 Realização da Despesa

### 4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

#### QUADRO VIII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

UG: 200390 - TESOURO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.751.321,00</b>	<b>1.444.988,34</b>	<b>1.632.962,49</b>	<b>1.391.864,90</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.751.321,00	1.444.988,34	1.632.962,49	1.391.864,90
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>352.712,71</b>	<b>442.459,10</b>	<b>342.854,58</b>	<b>438.049,15</b>
h) Dispensa	36.745,07	360.180,35	26.886,94	359.310,11
i) Inexigibilidade	315.967,64	82.278,75	315.967,64	78.739,04
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>171.422,88</b>	<b>-</b>	<b>171.422,88</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	171.422,88	-	171.422,88	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.920.620,60</b>	<b>211.655,12</b>	<b>1.920.620,60</b>	<b>211.655,12</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	
l) Diárias	1.920.620,60	211.655,12	1.920.620,60	211.655,12
<b>5. Outros</b>	<b>247.050,97</b>	<b>51.564,39</b>	<b>247.050,97</b>	<b>51.564,39</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.443.128,16</b>	<b>2.150.666,95</b>	<b>4.314.911,52</b>	<b>2.093.133,56</b>

#### QUADRO IX – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

UG: 200391 - FUNAPOL

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>0,00</b>	<b>33.018,97</b>	<b>0,00</b>	<b>33.018,97</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	-
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	-
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	-
d) Pregão	0,00	33.018,97	0,00	33.018,97
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	-
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	<b>8.295,00</b>
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>8.295,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.295,00</b>
h) Dispensa	0,00	8.295,00	0,00	-
i) Inexigibilidade	0,00		0,00	<b>103.288,96</b>
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>103.288,96</b>	<b>0,00</b>	<b>103.288,96</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	103.288,96	0,00	<b>1.291.536,25</b>
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.291.351,25</b>	<b>0,00</b>	<b>n/a</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	1.291.536,25
l) Diárias	0,00	1.291.536,25	0,00	<b>815,00</b>
<b>5. Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>815,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.436.954,18</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.436.954,18</b>	<b>0,00</b>	<b>33.018,97</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

(\*) O pagamento da folha de pessoal é realizado pelo Órgão Central – UG 200334, os valores serão informados no Relatório de Gestão do DPF.

#### 4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

##### QUADRO X – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
08 – Outros Benefícios Assistenciais	11.656,95	-	11.656,95	-	-	-	11.656,95	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
14–Diárias Pessoal Civil	1.920.620,60	211.655,12	1.920.620,60	211.655,12	0,00	0,00	1.920.620,60	211.655,12
39–Outros Serv. de Terceiros – P.Jurídica	652.849,02	665.922,63	611.084,84	616.981,60	41.764,18	48.941,03	583.444,67	609.566,40
37–Locação de Mão-de-Obra	626.415,98	601.432,08	560.265,06	598.477,06	66.150,92	2.955,02	547.431,76	560.932,56
Demais elementos do grupo	1.177.375,47	768.397,89	1.101.938,17	708.487,17	75.437,30	59.910,72	1.055.214,45	695.913,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								



Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
52-Equipamentos e Material Permanente	419.524,68	81.654,00	51.412,43	15.066,00	368.112,25	66.588,00	10.392,98	15.066,00
51-Obras e Instalações	186.150,11	0,00	186.150,11	0,00	0,00	0,00	186.150,11	0,00
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### 4.2.3 Análise Crítica da realização da despesa

No que diz respeito aos montantes realizados da despesa por modalidade de licitação no exercício de 2013, podemos destacar:

- Na modalidade Pregão houve um acréscimo de 21,20% em relação a 2012, sendo que essa elevação é atribuída, especialmente, pelas aquisições de equipamentos e materiais permanentes em 2013, principalmente aqueles correspondentes à renovação do parque tecnológico dessa UJ.
- Na modalidade Contratações Diretas – Dispensa e Inexigibilidade, registrou-se decréscimo de 20,28%, atribuindo-se a redução dos valores contratados para o fornecimento de energia elétrica, cabendo destacar que por orientação da Advocacia Geral da União houve classificação da referida contratação como Inexigibilidade que, até então, era considerada Dispensa de Licitação.
- Na modalidade Suprimentos de Fundos registrou-se um acréscimo de 65,96% em relação a 2012, atribuindo-se a liberação de verba sigilosa em regime especial de execução para dá suporte nas operações de investigação policial. Cumpre esclarecer que até o exercício de 2012, todas as despesas com esta modalidade eram registradas no UG: 200391 – FUNAPOL, extinta em 2013.
- As despesas com diárias registraram aumento de 27,78%, sendo esse acréscimo atribuído aos deslocamentos/recrutamento de servidores policiais e administrativos para prestar reforço nos Jogos da Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude.

Quanto à execução das despesas correntes no exercício de 2013 registraram uma evolução em torno de 32,62%, se comparada com o exercício de 2012. Os elementos de despesas com maior destaque, em termos de evolução, foram:

- Diárias – Pessoal Civil, em torno de 27,78%, justificando-se pelo pagamento de diárias aos servidores policiais e administrativos recrutados para reforçar as equipes de trabalho durante a Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, cujos recursos são específicos.
- Material de Consumo - acréscimo em torno de 31,07%, sendo que as aquisições que mais contribuíram para o crescimento foram: material de expediente, material de processamento de dados e materiais para manutenção de veículos, despesas estas consideradas de funcionamentos.
- Outros Serviços de terceiros - P. Física, acréscimo em torno de 129,71%, decorrente do pagamento a pessoa física através de Suprimento de Fundos - Regime Especial de Execução – Verba Sigilosa.
- Indenizações e Restituições, acréscimo em torno de 405,23% decorrente do pagamento de ajudas de custo de servidores removidos para outras unidades do DPF, cumpre esclarecer que o volume de despesas nesses elementos em 2013 não possuem tanta expressividade em termos monetários, contudo dado o baixo valor executado em 2012, provocou elevado percentual em 2013.
- Despesas de Exercício Anteriores – acréscimo em torno de 615,99%, o percentual é elevado em referência ao baixo valor registrado em 2012, a maior composição do valor diz respeito ao pagamento em atraso de auxílio alimentação de 2007 a 2011 dos 03 (três) médicos desta UJ.

Ainda em relação à execução das despesas correntes, cumpre destacar a redução nos elemento de despesa Passagens e Despesas c/Locomoção, em torno de 21,74%, associada à redução nos bilhetes de passagens aéreas emitidos em relação a 2012.

Em relação às despesas de investimento, registrou-se uma aumento na ordem de 706,50%, isto em virtude do reduzido valor aplicado em 2012. Tendo sido investido em 2013, R\$ 186.150,11 na construção do muro do terreno no qual será construída a nova Sede da Polícia Federal no Piauí, bem como a aplicação em materiais permanentes no valor de R\$ 419.524,68, notadamente na renovação do parque tecnológico seja do PROMASP ou de outros setores e delegacias desta UJ.

### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XI – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	178.394,77	114.685,25	63.709,52	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	57.533,39	57.533,39	0,00	0,00

#### 4.3.1 Análise Crítica:

Os valores inscritos em restos a pagar não processados diz respeito aos valores correspondentes aos contratos de serviços continuados, tais como, telefonia fixa e móvel, manutenção de viaturas com fornecimentos de peças, fornecimento de combustível e valores referentes a aquisições de materiais permanentes cujos créditos foram liberados pela Coordenação Orçamento e Finanças do DPF no fim do exercício de 2012. No que diz respeito ao cancelamento destes restos a pagar, justifica-se pela estimativa a maior dos valores correspondentes aos serviços continuados, referidos acima, em dezembro de 2012, cuja emissão da fatura dos serviços ficou, conseqüentemente, aquém dos valores estimados, tendo sido procedido o cancelamento dos mesmos.

Cumpra esclarecer que embora esta UJ mantenha política no sentido de evitar ao máximo a inscrição em restos a pagar, a liberação de crédito orçamentário no fim do exercício, notadamente para investimento, torna inevitável o empenho e a conseqüente inscrição em restos a pagar, contudo, busca-se a cada ano melhorar a gestão da inscrição de restos a pagar, como também melhorar a estimativa de gastos com serviços continuados cujas faturas de dezembro só se processam no exercício seguinte.

### 4.4 Suprimento de Fundos

#### 4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO XII – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	198	151.128,28	37	19.559,20	170.687,48
2012			150	78.077,00	31	25.211,96	103.288,96
2011			132	55.775,00	50	29.708,38	85.483,38

Fonte: Arquivo NEOF

#### 4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO XIII - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$1,00

Código da UG 1	200390	Limite de Utilização da UG	268.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
FRANCISCO C. DE OLIVEIRA	098.432.481/04	2.500,00	690,00	1.742,25	2.432,25
SILVIO LOPES DE MORAIS	180.840.603/68	2.713,21	1.622,94	1.022,90	2.625,84
ESTER B.M. BARBOSA	208.204.703/25	3.359,80	580,00	2.698,20	3.278,20
MARCELO A. DE SOUSA	347.853.373/20	9.647,34	3.477,34	5.992,32	9.469,66
MARIA DAS GRACAS B.DA COSTA	373.539.931/20	3.639,82	992,50	2.532,17	3.524,67
200390	200390	200.900,00	143.765,50	5.591,36	149.356,86
<b>Total Utilizado pela UG</b>			151.128,28	19.559,20	170.687,48
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			151.128,28	19.559,20	170.687,48

Fonte: Siafi Gerencial e Arquivos NEOF

#### 4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

##### QUADRO XIV - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	20	149.356,86	15	103.288,96	13	85.483,38

Fonte: NEOF/SR/DPF/PI

#### 4.4.4 Análise Crítica

Com fundamento na Instrução Normativa nº.49/2011- DG/DPF, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, esta SR/DPF/PI vem se utilizando dos recursos por meio do CPGF nas situações expressamente previstas, especialmente aquelas relacionadas às atividades policiais de caráter sigiloso. A sistemática de controle consiste na orientação e acompanhamento dos supridos na fase de aplicação e na adequada conferência das prestações de contas, através de planilha elaborada pela Setorial Contábil do DPF, com acompanhamento sistematizado quando do fechamento contábil do mês. Há de ressaltar que na modalidade pequeno vulto, embora se venha envidando esforços para reduzir os saques, tem-se encontrado óbices quanto à rede de credenciados no estado do Piauí, especialmente da cidade de Parnaíba que possui uma Delegacia de Polícia Federal e se tem constante necessidade de utilização do CPGF. Cumpre esclarecer que os Suprimentos em Regime Especial de Execução são considerados sigilosos. A UJ não utiliza a sistemática da Conta Tipo “B”.

## 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Algumas informações deste item são agregadas e controladas pelo órgão central da instituição. Há ainda dados relacionados resguardados por sigilo, segundo a Instrução Normativa - DPF 69, de 14/12/12, publicada no Boletim de Serviço nº 242, de 17/12/12. O sigilo se dá em razão da natureza da atividade policial, entretanto, todas as informações resguardadas encontram-se à disposição dos órgãos de controle para análise. Dessa forma, os subitens 5.1.1.2, 5.2.2, 5.1.5 e respectivos quadros serão apresentados no relatório de gestão da unidade central do órgão. As informações dos subitens 5.1.1.1 e 5.1.2.2 e respectivos quadros estão classificadas como sigilosas e por este motivo não figurarão no presente relatório. O subitem 5.1.2.3 terá a informação prestada em forma percentual, uma vez que os números ali presentes são protegidos por sigilo.

### 5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XV – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>10</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5

3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	3
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>26</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	24
4.2. Capacitação	2

<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	1
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>37</b>

Fonte: SIAPE

## 5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

QUADRO XVI – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	0	4	2	4
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	2	4

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	2	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	0	21	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	21	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	0	25	0	0

Fonte: SIAPE

#### 5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/13 – dados apresentados em % por tratar-se de informação resguardada por sigilo.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	0,49	3,43	25,49	58,34	0	0	0



<b>1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0,49	3,43	25,49	58,34	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	2,45	9,80	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1,95	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	2,45	7,84	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	0,49	3,43	27,94	68,14	0	0	0

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO XVIII - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	21.467.054,10	6.767,65	1.865.686,32	769.307,70	854.392,04	1.091.511,34	62.661,65	15.009,57	179.232,65	26.311.623,02
	2012	21.093.957,99	4.847,71	1.773.275,77	741.104,59	712.128,11	1.036.199,95	47.916,00	5.484,04	241.407,89	25.656.322,05
	2011	20.336.695,80	1.037.861,46	1.725.692,78	746.138,77	593.532,24	699.052,48	700.010,02	0,00	192.937,13	26.031.920,68
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	831.778,18	42.984,07	86.850,39	45.498,78	15.942,00	11.124,80	726,00	231,19	0,00	1.033.135,41
	2012	890.442,90	78.691,94	80.629,96	32.689,51	14.896,00	7.068,00	858,00	1.131,76	1.300,88	1.107.708,95
	2011	836.006,64	63.261,17	75.900,74	12.788,35	3.823,00	1.722,00	21.693,20	0,00	5.046,78	1.020.241,88
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	3.570.222,84	62.361,95	304.200,90	125.620,95	94.381,37	92.905,86	5,70	0,00	9.109,61	4.258.809,18
	2012	3.276.510,36	69.479,96	293.637,22	125.460,97	77.025,52	83.918,58	0,00	748,22	9.866,31	3.936.647,14

	<b>2011</b>	2.783.958,24	55.414,40	311.266,18	103.182,93	50.979,49	24.391,70	85.468,55	0,00	15.557,13	3.430.218,62
--	-------------	--------------	-----------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	------	-----------	--------------

Fonte: SIAPE

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO XIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/13	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>85</b>	<b>4</b>
1.1 Voluntária	68	2
1.2 Compulsória	0	2
1.3 Invalidez Permanente	14	0
1.4 Outras	3	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>19</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	14	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	5	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>104</b>	<b>4</b>

Fonte: SIAPE

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO XX - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/13

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/13	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	36	2
1.1. Integral	36	2
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	0	0
<b>3. Total (1+2)</b>	36	2

Fonte: SIAPE

### 5.1.5 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não existem indicadores gerenciais de recursos humanos desenvolvidos no âmbito do Setor de Recursos Humanos –SRH/SR/DPF/PI, haja vista que a Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal – DGP/DPF detém todas as informações tanto dos servidores da Carreira Policial Federal quanto do Plano Especial de Cargos composto pelos servidores administrativos.

Desta forma, os índices de rotatividade, absenteísmo, desempenho, demandas trabalhistas e outros são tratados exclusivamente no âmbito da Coordenação de Pessoal da própria DGP, sendo que as unidades descentralizadas somente funcionam como executoras das orientações emanadas do órgão central. O certo é que até o momento o órgão não desenvolveu parâmetros para tais indicadores a serem tratados no âmbito das suas regionais

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO XXI - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ													
UG/Gestão: 200390							CNPJ: 00.394.494/0034-02						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	05	01.668.768/0001-09	01/04/2011	31/03/2014	06	06	09	07	01	01	P
2011	L	O	06	10.820.620/0001-20	01/04/2011	31/03/2014	05	05	04	04	-	-	P
2011	L	O	09	05.695.725/0001/65	01/04/2011	31/03/2014	01	01	01	01	-	-	P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

### 5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

#### QUADRO XXII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ													
UG/Gestão: 200390							CNPJ: 00.394.494/0034-02						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	07	10.820.620/0001/20	01/04/2011	31/03/2014	1	1	-	-	-	-	P
<b>Observações:</b>													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigdistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

### 5.2.3 – Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2

A execução dos contratos relativos à prestação dos serviços de vigilância, limpeza e conservação tem transcorrido dentro dos padrões estabelecidos e sem registro no que diz respeito a questões relacionadas a verbas trabalhistas.

### 5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XXIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	7	7	7	7	38.463,21
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	7	7	7	7	38.463,21
<b>2. Nível Médio</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>38.558,11</b>
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>38.558,11</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>77.021,32</b>

Fonte: SRH/DPF/PI

## 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

No âmbito do Departamento de Polícia Federal, a Instrução Normativa nº 03/2009 – DG/DPF, com alteração através da IN nº.34/2010-DG/DPF, disciplina a classificação, identificação, o registro, o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio da Polícia Federal, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa nº 003/2008, de 15/05/2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, relativa ao controle geral de veículos oficiais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A utilização dos meios de transporte disponíveis na atualidade é imprescindível para o êxito das atividades desempenhadas por particulares e por órgãos e/ou instituições de natureza pública ou privada em qualquer parte do mundo. No caso do Departamento de Polícia Federal, não é diferente. Há a necessidade constante de deslocamentos rápidos de curta ou longa distância para a realização de diligências e operações nos mais diversos pontos do país. Desta forma, a utilização de viaturas adequadas para esse mister assume importância vital para as atividades do órgão em âmbito nacional. No caso da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí, além dos veículos convencionais ostensivos e não ostensivos que se deslocam via terrestre, o serviço já demanda a utilização de embarcação marítima, notadamente no que tange ao policiamento da costa litorânea do Estado.

No dia-a-dia, observa-se ser imprescindível, tanto na área-fim quanto na área de logística, como em qualquer outro órgão da administração pública federal direta ou indireta, a utilização de uma frota de veículos em condições de responder prontamente às necessidades que o mundo contemporâneo impõe à instituição policial, no sentido de “encurtar” distâncias, bem como minimizar o tempo gasto na realização dos diversos percursos.

Assim, muitas das atividades que hoje a Polícia Federal desempenha seriam inviabilizadas, caso inexistissem meios de transporte próprios e adequados ao serviço do aparelho policial. A título de exemplo, podem ser destacados a simples entrega de expedientes, a condução de presos, o deslocamento de tropas em operações, a perseguição a agentes da criminalidade em fuga e a segurança de dignitários, dentre outras atividades não menos importantes.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, bem como sua totalização por grupo e geral:

*Informações resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012. Caso necessário estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega.*

d) Média anual de quilômetros rodados: 10.636 km, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

A idade média da frota que trata o item 8.1.3, é aproximadamente 4,7 anos, porém, considerando a natureza do trabalho policial, veículos em utilização com idade superior a 5 anos necessitam de substituição imediata.

f) Custos associados à manutenção da frota:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
COMBUSTÍVEL	205.928,67
PEÇAS E MANUTENÇÃO	199.608,90
Seguro/DPVAT	7.081,39
PESSOAL	348.113,98
CUSTO TOTAL	760.732,94



g) Plano de substituição da frota:

*Informações resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012. Cumpre esclarecer que as substituições da frota ocorre de forma centralizada pelo DPF.*

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A aquisição e manutenção de frota própria para atender as necessidades da unidade jurisdicionada se justifica pelo quesito segurança institucional, aliada ao princípio da economicidade. Como fator de segurança, pode-se destacar o fato de que, em tese, a colocação e retirada dos veículos em operação, bem como a manutenção, conservação e reparo das viaturas constitui-se em processo de conhecimento restrito, sob a supervisão direta de preposto do órgão. Quanto à economicidade, a aquisição da frota e os serviços de manutenção, conservação e reparos são objeto de procedimento licitatório em quantidades que estimulam preços competitivos, quando não são diretamente realizados pelo próprio órgão. A terceirização da frota para uso policial além de temerária é mais onerosa para a administração, posto que o serviço prestado por empresas locatárias visa tão somente à obtenção de lucro.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

O controle da frota é realizado pelo Núcleo de Transporte - NUTRAN, que não está formalmente na estrutura organizacional, mas fisicamente faz a gestão interna da frota. Esse núcleo está subordinado diretamente ao Núcleo Administrativo.

Para o controle da utilização da frota é utilizado o sistema SIGEPOL, através do qual se faz autorizações de uso, entrada e saída.

O controle de manutenção e abastecimento é feito pelas empresas: ECOFROTAS: Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda - e Trivale Administração Ltda respectivamente, através de software de gestão da frota. Cumpre esclarecer que o controle dos serviços de gestão de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de combustível é efetuado por fiscais de contrato, conforme estabelecido na legislação.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO XXIV – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PIAUI	4	4
	Teresina	2	2
	Parnaíba	2	2
Total Brasil		4	4

Fonte: SPIUNET

### 6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO XXV – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200390	1153.00075.500-4	13	REGULAR	N/D	26/11/2013	1.042.032,23	-	2.371,00
200390	1153.00076.500-0	13	REGULAR	N/D	26/11/2013	588.810,53	-	-
200390	1219.00065-500-6	13	REGULAR	N/D	26/11/2013	4.473.597,29	-	13.567,96
200390	1219.00224.500-0	13	REGULAR	N/D	26/11/2013	3.127.854,31	186.150,11	-
<b>Total</b>							<b>186.150,11</b>	<b>15.938,96</b>

Fonte: SPIUNET

### 6.2.3 Análise Crítica

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí possui sua sede no bairro Centro-Norte, no município de Teresina/PI, e uma delegacia no município de Parnaíba/PI.

Em Teresina, além da sede, existe um terreno cedido para construção da nova Superintendência. A edificação ocupada pela sede da Polícia Federal no Piauí foi cedida ao Departamento em 1993, ao longo dos anos registrou-se um crescente aumento de efetivo, que não foi acompanhado pela realização de ampliações devido à falta de espaço no terreno, fazendo-se necessário viabilizar a construção da nova sede, e, até que esta seja concluída, faz-se necessária a execução de reformas nas atuais instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias a fim de conservá-las, sendo urgente a reforma elétrica, cujo processo licitatório foi frustrado pela falta de empresas interessadas no exercício de 2013.

Quanto à Delegacia de Parnaíba, diante da perspectiva de crescimento das atividades de Polícia Federal, foi feita gestão junto à Gerência Regional do Patrimônio da União no sentido que fosse cedido um terreno adjacente ao imóvel da Delegacia de Polícia Federal, neste sentido, faz-se necessária a realização de serviços de reforma no imóvel cedido visando anexar o terreno vizinho às dependências daquela Delegacia, bem como possibilitar a utilização de suas edificações. De outra forma, observa-se que as edificações da Delegacia encontram-se em estado precário de

conservação, necessitando de reforma nas instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias, além de realização de serviços para adequação ao padrão arquitetônico da Polícia Federal.

Todas as demandas de reformas, adaptações e construção da nova sede foram inclusas no programa de necessidades para 2013, contudo por conta das limitações orçamentárias, somente foram realizados os serviços de construção do muro do terreno da nova sede, no valor de R\$186.150,11.

Da mesma forma, não foi possível, durante o exercício de 2013, realizar licitação para contratação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, seja pela falta de pessoal para atender as demandas na área de licitações e contratos, seja pela limitação de empenho dentro do exercício, restando a realização de pequenos reparos na Sede e na Delegacia de Parnaíba que totalizaram R\$15.938,96.

## 7 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Este item corresponde ao item 8 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução.

### 7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Resposta: Preferência por materiais com características adicionais atóxico e biodegradável; no caso de lápis, preferência pelo o do tipo ecológico HB n.º 2, composição do corpo: mínimo de 40% de poliestireno reciclado, sem madeira; na aquisição de pilhas e baterias, preferência por aquelas cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n.º 401, de 04/11/2008; no caso de aquisição de aparelho de ar condicionados, preferência por aqueles que possuem eficiência energética Classe A (Inmetro) e utilização de gás ecológico.</p>					X
	SIM				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>Resposta: Ainda por conta do mercado, os critério de gestão ambiental estão sendo implementados de maneira graduada para que possamos atender a legislação e ao mesmo tempo não deixar de suprir as necessidades da unidade.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>					X
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Resposta: Em nossa avaliação esse critério avaliativo ou mesmo condição para aquisição de produtos ou serviços ainda não estão solidificados nos entendimentos da jurisprudência. A exigência de certificado ISO poder gerar impugnação de edital ou recurso por conta dos licitantes, porém busca-se usar o termo “preferencialmente” para que a ideia seja plantada.</p>		X			
	NÃO				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Resposta: Nas últimas licitações utilizou-se como exigência a cotação de aparelho de ar condicionados, frigobar e micro-ondas com eficiência energética Classe A (Inmetro) e utilização de gás ecológico.</p>		2			
	SIM				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
	NÃO				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
	NÃO				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>		X			

9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
	<b>NÃO</b>				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Resposta: No exercício foi confeccionado projeto básico com esses critérios, porém não por esse motivo a licitação (convite) restou fracassada.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Resposta: Embora haja a separação de resíduos recicláveis descartados, o município não dispõe de política ambiental para a coleta seletiva.					X
Considerações Gerais: No que diz respeito ao Plano de Gestão de Logística Sustentável, foi instituída Comissão através da Portaria nº 200/2013 - GAB/SR/DPF/PI, contudo, pelo reduzido número de servidores e as crescentes demandas de serviços ficou agendado para o primeiro semestre de 2014 a elaboração do referido plano.					

## 7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO XXVII – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
-	-	-				
-	-	-				
-	-	-				
-	-	-				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	1.210	1.070	910	13.723,67	11.063,80	8.372,00
<b>Água</b>	3.954	3.555	1.942	39.796,02	35.984,00	22.164,80
<b>Energia Elétrica</b>	631.618	720.348	660.069	227.286,21	314.580,05	259.509,15
			<b>Total</b>	280.805,79	361.627,85	290.045,95

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

## 8 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este item corresponde ao item 9 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução do presente relatório. Saliente-se também que não constam no relatório as informações referentes aos itens 9.1 (Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU) deixa-se de preencher o item 9.1 e respectivo quadro A.9.1.1 a que se refere a Portaria nº.175/2013. No que diz respeito às recomendações do OCI, não foi possível atendimento das recomendações no exercício, portanto, também deixa-se de preencher o item 9.2.1 da portaria supra mencionada. Esclareça-se que a SR/DPF/PI não possui Unidade de Auditoria Interna, motivo pelo qual deixa-se de preencher o item 9.3 da Portaria 175/2013-TCU. Quanto ao item 9.5, não houve ocorrência no exercício de 2013 de danos casos ao erário nesta Unidade.

### 8.1 Tratamento de Recomendações do OCI

#### 8.1.1 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### QUADRO XXVIII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ			1154
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108804	1.1.4.2	Ofício nº.22.656/CGU-Regional/PI/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ			1379
Descrição da Recomendação			
1.1.4.2: 1.Institua Comissão de Coleta Seletiva Solidária; 2.Implante a separação dos resíduos recicláveis descartados , na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária. 3.Implemente ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável			1154
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Através da Portaria nº 200/2013 - GAB/SR/DPF/PI, foi designada Comissão para a Gestão da Coleta Seletiva Solidária e do Plano de Gestão de Logística Sustentável, contudo, ainda não foi efetivamente implantada a separação dos resíduos recicláveis, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva, pois, embora, tenha sido instruído o procedimento para cadastramento de cooperativas de reciclagem e este tenha sido analisado pela CJU/ AGU/PI, o Edital ainda não foi publicado. A implantação estar agendada para o primeiro semestre de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dado o reduzido número de servidores na SR/PI e a grande demanda de serviços, algumas ações tornaram-se inviáveis no exercício de 2013. Outro aspecto, é a destinação dos resíduos, uma vez que foi feito contato com a Associação dos Agentes Ambientais de Teresina e esta só recebe papel para reciclagem, os demais materiais recicláveis como: plásticos e alumínio ficam sem possibilidade de destinação.			

## 8.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Este item corresponde ao item 9 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução do presente relatório.

### 8.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	4	25
	Entregaram a DBR	5	4	25
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/DPF/PI

### 8.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

No exercício, não houve qualquer registro de ausência de entrega da DBR. Quanto ao gerenciamento, o próprio Setor de Recursos Humanos, através de servidor designado, procede à recepção das declarações dos servidores obrigados pela lei 8.730/93.

Não existe sistema informatizado na Superintendência para o gerenciamento de recepção das DBRs, nem há mecanismos na UJ com intuito de verificar a compatibilidade entre o patrimônio declarado e a remuneração percebida. Por fim, cumpre esclarecer que todas as declarações entregues são arquivadas no Setor de Recursos Humanos à disposição dos órgãos de controle.

### 8.3 Alimentação SIASG E SICONV

Esta UJ não possui convênios ou outros instrumentos congêneres, portanto a declaração só diz respeito a contratos.

**DECLARAÇÃO**

**QUADRO XXX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG**

Eu, **Ivone de Costa Sales**, responsável, substituta, **pela inclusão e atualização dos dados no sistema**, CPF nº **227.570.903-72**, Agente Administrativo, exercido na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 27 de março de 2014.

**IVONETE DA COSTA SALE**  
**227.570.903-72**  
**Gestora de Contratos, substituta**  
**– SR/DPF/PI**



## 9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este item corresponde ao item 10 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução.

A SR/DPF/PI não possui mecanismo próprio para aferir a satisfação dos cidadãos usuários dos serviços prestados por esta SR/DPF/PI, contudo, a Divisão de Comunicação Social da Direção Geral do DPF, por meio da página na internet (<http://www.dpf.gov.br>) disponibilizou canal de acesso ao cidadão através do qual é possível fazer requisições, sugestões, denúncias, críticas, também encontrar os endereços e telefones de todas as unidades da PF.

Como o gerenciamento é feito pelo órgão central, a SR/DPF/PI não dispõe de informações gerenciais e estatísticas sobre solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, nem resultados de pesquisa de opinião.

Cabe ressaltar que a nível local o acesso ao cidadão é ampliado tanto na sede da Superintendência, como na Delegacia de Parnaíba, através dos telefones do plantão 24 horas ou comparecimento direto onde os cidadãos podem registrar denúncias, críticas ou elogios.

## 10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este item corresponde ao item 11 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução do presente documento. Não serão apresentadas as informações referentes aos subitens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 e respectivos quadros, por não se aplicarem à realidade de entidades da administração direta.

### 10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ, também, está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiaridades de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
- g) A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

## 10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 10.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO XXXI - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ			200390
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) , regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às ocorrências registradas no SIAFI:</p> <p>As Demonstração do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as demonstrações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram pela Setorial de contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>d) Os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Teresina – PI</b>	<b>Data</b>	<b>27/01/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>GLADSTON GUIMARÃES NAVES</b>	<b>CRC n°</b>	<b>DF-12534/O-8</b>

## ANEXOS

## DECLARAÇÕES

Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013


QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

## QUADRO XXX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Ivone de Costa Sales**, responsável, substituta, **pela inclusão e atualização dos dados no sistema**, CPF nº 227.570.903-72, Agente Administrativo, exercido na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

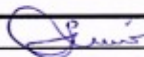
Teresina, 27 de março de 2014.

  
**IVONETE DA COSTA SALE**  
227.570.903-72  
Gestora de Contratos, substituta  
– SR/DPF/PI

Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PIAUI - SR/DPF/PI			200390
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às oconências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Terezina - PI	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8